

Regras de Inferência

Mário S. Alvim
(msalvim@dcc.ufmg.br)

Matemática Discreta

DCC-UFMG
(2016/02)

Regras de inferência

Regras de inferência: Introdução

- Em diversas situações é preciso deduzir **conclusões** a partir de **premissas**:
 - 1 em matemática: estabelecer verdades absolutas (teoremas),
 - 2 em ciência da computação: verificar que propriedades de um sistema são satisfeitas dada sua especificação,
 - 3 em política/filosofia: demonstrar que certas ideias são bem fundamentadas.
- O processo de derivar conclusões de premissas é chamado de **argumento**.
Um argumento é **válido** se, e somente se, é impossível que suas premissas sejam todas verdadeiras e sua conclusão seja falsa.
- Aqui estudaremos **regras de inferência** que nos permitem derivar argumentos válidos.
- Também estudaremos erros comuns em argumentação, chamados de **falácias**.

Argumentos válidos em lógica proposicional

- Um **argumento** é uma sequência de proposições.
Todas as afirmações, exceto a última, são chamadas de **premissas**.
A proposição final é chamada de **conclusão**.
Um **argumento válido** é aquele em que a verdade de suas premissas implica na verdade de sua conclusão.
- Um **formato de argumento** em lógica proposicional é uma sequência de proposições envolvendo variáveis proposicionais.
Um **formato de argumento válido** é aquele em que, independentemente dos valores atribuídos a cada variável proposicional das premissas, a conclusão é verdadeira sempre que as premissas são todas verdadeiras.

Argumentos válidos em lógica proposicional

- Exemplo 1: Considere o seguinte argumento envolvendo proposições:
 - “Se você está matriculado em Matemática Discreta, você tem acesso à página da disciplina.”
 - “Você está matriculado em Matemática Discreta.”Logo,
 - “Você tem acesso à página da disciplina.”

O argumento acima é válido?

Ou seja, é verdade que a conclusão (3) é verdadeira sempre que as premissas (1) e (2) forem ambas verdadeiras?

Argumentos válidos em lógica proposicional

- Exemplo 1: (Continuação)

Solução. Vamos analisar o formato do argumento.

Sejam

p a proposição “Você está matriculado em Matemática Discreta”, e

q a proposição “Você tem acesso à página da disciplina”.

O argumento anterior tem o formato

$$\begin{array}{l} p \rightarrow q \\ \frac{p}{\therefore q} \end{array}$$

onde o símbolo \therefore significa “portanto”, ou “logo”.

Argumentos válidos em lógica proposicional

- Exemplo 1: (Continuação)

Considerando p e q como variáveis proposicionais, podemos usar uma tabela da verdade para verificar que sempre que as premissas são verdadeiras, a conclusão também é.

		Premissas		Conclusão
p	q	$p \rightarrow q$	p	q
T	T	T	T	T
T	F	F	T	F
F	T	T	F	T
F	F	T	F	F

A tabela mostra que sempre que $p \rightarrow q$ e p são ambos verdadeiros, também q deve ser verdadeiro. Assim, o formato de argumento

$$\begin{array}{l} p \rightarrow q \\ \frac{p}{\therefore q} \end{array}$$

é válido porque sempre que as premissas são verdadeiras, a conclusão é verdadeira.



Argumentos válidos em lógica proposicional

- Uma argumentação válida pode ser interpretada como uma regra de preservação da verdade:
 - Se as premissas são todas verdadeiras, você pode aplicar a argumentação para chegar a uma conclusão verdadeira.
 - Se as premissas não são todas verdadeiras, ao aplicar a argumentação você pode chegar a uma conclusão falsa ou verdadeira.

Argumentos válidos em lógica proposicional

- Exemplo 2: Considere o seguinte argumento envolvendo proposições:

1. "Se você assistindo a esta aula, você é a pessoa mais famosa do Brasil."

2. "Você está assistindo a esta aula."

Logo,

3. "Você é a pessoa mais famosa do Brasil."

O argumento acima é válido? Sua conclusão é verdadeira?

Argumentos válidos em lógica proposicional

- Exemplo 2: (Continuação)

Solução. Vamos analisar o formato do argumento. Sejam

p a proposição "Você está assistindo a esta aula", e

q a proposição "Você é a pessoa mais famosa do Brasil".

O argumento é válido porque ele tem o formato

$$\frac{p \rightarrow q \quad p}{\therefore q}$$

que já verificamos ser válido: sempre que as premissas forem verdadeiras, a conclusão será verdadeira.

Entretanto, no argumento acima a premissa (1) é falsa, logo a conclusão não é garantidamente verdadeira. De fato, a conclusão é provavelmente falsa!



Argumentos válidos em lógica proposicional

- Um **formato de argumento inválido** é aquele em que as premissas podem ser verdadeiras e mesmo assim a conclusão pode ser falsa.

- Exemplo 3: Mostre que o formato de argumento a seguir é inválido.

$$\frac{p \rightarrow q \quad q}{\therefore p}$$

Solução.

A terceira linha da tabela da verdade mostra que as premissas $p \rightarrow q$ e q podem ser ambas verdadeiras, e a conclusão p ser falsa. Assim, o formato de argumento é inválido.

Por exemplo, das premissas "Se João ganhar na loteria, ele fica rico" e "João é rico", não se pode

		Premissas		Conclusão
p	q	$p \rightarrow q$	q	p
T	T	T	T	T
T	F	F	F	T
F	T	T	T	F
F	F	T	F	F

concluir que necessariamente "João ganhou na loteria".



Argumentos válidos em lógica proposicional: validade vs. verdade

- A validade é uma propriedade do formato do argumento.
- A verdade é uma propriedade da conclusão do argumento.

- Exemplo 4:

"Se a Austrália é um país rico, então ela fica no hemisfério norte."

"A Austrália é um país rico."

\therefore "A Austrália fica no hemisfério norte."

é um argumento válido, mas a primeira premissa é falsa, assim como a conclusão é falsa.

"Se Londres é uma metrópole, então ela tem prédios altos."

"Londres tem prédios altos."

\therefore "Londres é uma metrópole."

é um argumento inválido, mas a conclusão é verdadeira.



Regras de inferência para lógica proposicional

- Para mostrar que um argumento é válido, podemos usar sempre uma tabela da verdade para verificar se sempre que suas premissas são verdadeiras, a conclusão também é.
- Entretanto, se o argumento tem muitas variáveis proposicionais, construir uma tabela da verdade pode ser inconveniente.
Por exemplo, para verificar a validade de um argumento envolvendo 10 variáveis proposicionais, seria necessária uma tabela de $2^{10} = 1024$ linhas.
- Para contornar o problema, nós verificamos a validade de argumentos relativamente simples, chamados de **regras de inferência**, e utilizamos estas regras para construir argumentos mais complexos de maneira consistente.

Regras de inferência para lógica proposicional

- O argumento que estabelecemos nos slides anteriores, por exemplo, consiste na regra de inferência chamada de **modus ponens** (do latim, *modo de afirmação*):

$$\frac{p \quad p \rightarrow q}{\therefore q}$$

A regra de modus ponens nos diz que:

1. se uma afirmação condicional $p \rightarrow q$ é verdadeira,
e
2. a hipótese p do condicional é verdadeira,
então
3. a conclusão q do condicional é necessariamente verdadeira.

Regras de inferência para lógica proposicional

- **Exemplo 5:** Suponha que saibamos que
 1. “Se fizer sol hoje, eu vou ao clube”,
e que
 2. “Está fazendo sol hoje”,
então, por modus ponens, podemos concluir que
 3. “Eu vou ao clube.”



Regras de inferência para lógica proposicional

- Regras de inferência importantes na lógica proposicional:

Nome	Regra de inferência	Nome	Regra de inferência
Modus ponens	$\frac{p \quad p \rightarrow q}{\therefore q}$	Adição disjuntiva	$\frac{p}{\therefore p \vee q}$
Modus tollens	$\frac{p \rightarrow q \quad \neg q}{\therefore \neg p}$	Simplificação conjuntiva	$\frac{p \wedge q}{\therefore p}$
Silogismo hipotético	$\frac{p \rightarrow q \quad q \rightarrow r}{\therefore p \rightarrow r}$	Adição conjuntiva	$\frac{p \quad q}{\therefore p \wedge q}$
Silogismo disjuntivo	$\frac{p \vee q \quad \neg p}{\therefore q}$	Resolução	$\frac{p \vee q \quad \neg p \vee r}{\therefore q \vee r}$

Regras de inferência para lógica proposicional

- Exemplo 6: Justifique a validade do argumento abaixo:

“Se Zeus é humano, então Zeus é mortal.”

Zeus não é mortal.

Logo, Zeus não é humano.”

Solução. Sejam

p a proposição “Zeus é humano”, e

q a proposição “Zeus é mortal”.

O argumento utilizou modus tollens

$$\begin{array}{l} p \rightarrow q \\ \neg q \\ \hline \therefore \neg p \end{array}$$

para concluir $\neg p$, ou seja, que Zeus não é humano.



Regras de inferência para lógica proposicional

- Exemplo 7: Justifique a validade do argumento abaixo:

“Se chover hoje, não faremos um churrasco hoje.”

Se não fizermos um churrasco hoje, faremos um churrasco amanhã.

Logo, se chover hoje, faremos um churrasco amanhã.”

Solução. Sejam

p a proposição “Chove hoje”,

q a proposição “Não faremos um churrasco hoje”, e

r a proposição “Faremos um churrasco amanhã”.

O argumento utilizou silogismo hipotético

$$\begin{array}{l} p \rightarrow q \\ q \rightarrow r \\ \hline \therefore p \rightarrow r \end{array}$$

para concluir $p \rightarrow r$, i.e., que se chover hoje faremos um churrasco amanhã.



Usando regras de inferência para construir argumentos

- Quando há várias premissas, várias regras de inferência podem ser necessárias para mostrar que um argumento é válido.

- Exemplo 8: Você está saindo para a escola de manhã e percebe que não está usando os óculos.

Ao tentar descobrir onde estão os óculos, você pensa nos seguintes fatos, que são todos verdadeiros:

- Se os meus óculos estão na mesa da cozinha, então eu os vi no café da manhã.
- Eu estava lendo o jornal na sala de estar ou estava lendo o jornal na cozinha.
- Se eu estava lendo o jornal na sala de estar, então meus óculos estão na mesinha de centro.
- Eu não vi meus óculos no café da manhã.
- Se eu estava lendo um livro na cama, então meus óculos estão no criado-mudo.
- Se eu estava lendo o jornal na cozinha, então meus óculos estão na mesa da cozinha.

Usando regras de inferência para construir argumentos

- Exemplo 8: (Continuação)

Para formalizar os fatos que você sabe, vamos denominar as proposições:

- p : “Os meus óculos estão na mesa da cozinha.”
- q : “Eu vi meus óculos no café da manhã.”
- r : “Eu estava lendo o jornal na sala de estar.”
- s : “Eu estava lendo o jornal na cozinha.”
- t : “Meus óculos estão na mesinha de centro.”
- u : “Eu estava lendo um livro na cama.”
- v : “Meus óculos estão no criado-mudo.”

Assim, os fatos que você sabe são:

- | | | |
|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| (a) $p \rightarrow q$ | (c) $r \rightarrow t$ | (e) $u \rightarrow v$ |
| (b) $r \vee s$ | (d) $\neg q$ | (f) $s \rightarrow p$ |

Usando regras de inferência para construir argumentos

- Exemplo 8: (Continuação)

Para deduzir onde se encontram os óculos, vamos aplicar regras de inferência.

$$\begin{array}{ll}
 (1) \quad \frac{p \rightarrow q \quad \neg q}{\therefore \neg p} & \begin{array}{l} \text{Premissa (a)} \\ \text{Premissa (d)} \\ \text{Modus tollens} \end{array} \\
 (2) \quad \frac{s \rightarrow p \quad \neg p}{\therefore \neg s} & \begin{array}{l} \text{Premissa (f)} \\ \text{Conclusão de (1)} \\ \text{Modus tollens} \end{array} \\
 (3) \quad \frac{r \vee s \quad \neg s}{\therefore r} & \begin{array}{l} \text{Premissa (b)} \\ \text{Conclusão de (2)} \\ \text{Silogismo disjuntivo} \end{array} \\
 (4) \quad \frac{r \rightarrow t \quad r}{\therefore t} & \begin{array}{l} \text{Premissa (c)} \\ \text{Conclusão de (3)} \\ \text{Modus ponens} \end{array}
 \end{array}$$

Assim podemos concluir que t é verdadeiro, ou seja,

“Os óculos estão na mesinha de centro.”



Regras de inferência para proposições quantificadas

- Já discutimos regras de inferência para proposições.
- Agora vamos discutir regras de inferência para proposições quantificadas. Estas regras de inferência são muito usadas em argumentos matemáticos, muitas vezes de forma implícita.
- Regras de inferência importantes para lógica de predicados:

Nome	Regra de inferência
Instanciação universal	$\frac{\forall x : P(x)}{\therefore P(c)}$
Generalização universal	$\frac{P(c) \text{ para um } c \text{ arbitrário}}{\therefore \forall x : P(x)}$
Instanciação existencial	$\frac{\exists x : P(x)}{\therefore P(c) \text{ para algum elemento } c}$
Generalização existencial	$\frac{P(c) \text{ para algum elemento } c}{\therefore \exists x : P(x)}$

Regras de inferência para proposições quantificadas

- Exemplo 9: Mostre que as premissas

- “Todos os matriculados em Matemática Discreta são alunos dedicados” e
- “Alice está matriculada em Matemática Discreta” implicam a conclusão
- “Alice é uma aluna dedicada”

Solução. Vamos definir os seguintes predicados, tendo como domínio o conjunto de todas os estudantes:

- $M(x)$: “ x está matriculado em Matemática Discreta.”
- $D(x)$: “ x é um aluno dedicado.”

Regras de inferência para proposições quantificadas

- Exemplo 9: (Continuação)

As premissas do argumento são, então:

$$(a) \forall x : (M(x) \rightarrow D(x)) \quad (b) M(\text{Alice})$$

A conclusão do argumento é:

$$(c) D(\text{Alice})$$

A derivação da conclusão a partir das premissas pode ser feita assim:

$$\begin{array}{ll}
 (1) \quad \frac{\forall x : (M(x) \rightarrow D(x))}{\therefore M(\text{Alice}) \rightarrow D(\text{Alice})} & \begin{array}{l} \text{Premissa (a)} \\ \text{Instanciação universal} \end{array} \\
 (2) \quad \frac{M(\text{Alice}) \quad M(\text{Alice}) \rightarrow D(\text{Alice})}{\therefore D(\text{Alice})} & \begin{array}{l} \text{Premissa (b)} \\ \text{Conclusão de (1)} \\ \text{Modus ponens} \end{array}
 \end{array}$$



Regras de inferência para proposições quantificadas

- Exemplo 10: Mostre que as premissas

- “Um estudante de Matemática Discreta não leu o livro-texto”, e
- “Todos os estudantes de Matemática Discreta foram bem na prova”
implicam a conclusão
- “Alguém que foi bem na prova não leu o livro-texto”

Solução. Vamos definir os seguintes predicados, tendo como domínio o conjunto de todas as pessoas:

- $D(x)$: “ x é estudante de Matemática Discreta.”
- $L(x)$: “ x leu o livro-texto.”
- $P(x)$: “ x foi bem na prova.”

Regras de inferência para proposições quantificadas

- Exemplo 10: (Continuação)

As premissas do argumento são, então:

$$(a) \exists x : (D(x) \wedge \neg L(x)) \qquad (b) \forall x : (D(x) \rightarrow P(x))$$

A conclusão do argumento é:

$$(c) \exists x : (P(x) \wedge \neg L(x))$$

A derivação da conclusão a partir das premissas pode ser feita assim:

$$(1) \quad \frac{\exists x : (D(x) \wedge \neg L(x))}{\therefore D(c) \wedge \neg L(c)} \quad \begin{array}{l} \text{Premissa (a)} \\ \text{Instanciação existencial} \end{array}$$

$$(2) \quad \frac{D(c) \wedge \neg L(c)}{\therefore D(c)} \quad \begin{array}{l} \text{Conclusão de (1)} \\ \text{Simplificação conjuntiva} \end{array}$$

$$(3) \quad \frac{\forall x : (D(x) \rightarrow P(x))}{\therefore D(c) \rightarrow P(c)} \quad \begin{array}{l} \text{Premissa (b)} \\ \text{Instanciação universal} \end{array}$$

Regras de inferência para proposições quantificadas

- Exemplo 10: (Continuação)

$$(4) \quad \frac{D(c) \quad D(c) \rightarrow P(c)}{\therefore P(c)} \quad \begin{array}{l} \text{Conclusão de (2)} \\ \text{Conclusão de (3)} \\ \text{Modus ponens} \end{array}$$

$$(5) \quad \frac{D(c) \wedge \neg L(c)}{\therefore \neg L(c)} \quad \begin{array}{l} \text{Conclusão de (1)} \\ \text{Simplificação conjuntiva} \end{array}$$

$$(6) \quad \frac{P(c) \quad \neg L(c)}{\therefore P(c) \wedge \neg L(c)} \quad \begin{array}{l} \text{Conclusão de (4)} \\ \text{Conclusão de (5)} \\ \text{Adição conjuntiva} \end{array}$$

$$(7) \quad \frac{P(c) \wedge \neg L(c)}{\therefore \exists x : (P(x) \wedge \neg L(x))} \quad \begin{array}{l} \text{Conclusão de (6)} \\ \text{Generalização existencial} \end{array}$$



Combinando regras de inferência para proposições e predicados quantificados

- Desenvolvemos regras de inferência para proposições e para proposições quantificadas.
- Uma vez que modus ponens e instanciação universal são utilizadas com frequência em conjunto, podemos usar a seguinte regra conhecida como **modus ponens universal**:

$$\frac{\forall x : (P(x) \rightarrow Q(x)) \quad P(c), \text{ onde } c \text{ é um elemento particular do domínio}}{\therefore Q(c)}$$

- Exemplo 11: Assuma que a seguinte premissa seja verdadeira: “Para todo inteiro positivo n , se $n > 4$, então $n^2 < 2^n$ ”.

Sabemos que a proposição “ $100 > 4$ ” é verdadeira.

Por modus ponens universal, podemos concluir que “ $100^2 < 2^{100}$ ”.



Adendo: Falácias

Falácias: Introdução

- Uma **falácia** é um argumento inválido com aparência de válido.
- O termo “falácia” deriva do verbo latino “*fallere*”, que significa “enganar”.
- Argumentos que se destinam a persuadir podem parecer convincentes para grande parte do público e mesmo assim ser inválidos, constituindo, assim, falácias.
- Reconhecer as falácias é por vezes difícil.
Argumentos falaciosos podem ter validade emocional, íntima, psicológica, mas não validade lógica.

Argumentos falaciosos

- O simples fato de alguém cometer uma falácia não invalida toda a sua argumentação.
Não se pode concluir, por exemplo, que:
“Ouvi o debate entre os professores Alice e Bob, mas Alice cometeu uma falácia e, portanto, suas conclusões devem estar todas erradas.”
- Uma falácia invalida imediatamente o argumento no qual ela ocorre.
- Porém, uma falácia não invalida necessariamente a conclusão da argumentação.
Somente o argumento falacioso será descartado da argumentação.
Pode haver outros argumentos que tenham sucesso em provar a verdade da mesma conclusão.

Falácias formais e informais

- Falácias podem ser classificadas em formais e informais.
- Uma **falácia formal** é um argumento inválido porque sua forma é inválida.
Exemplos:
 - 1 **Falácia da afirmação do conseqüente, ou do erro inverso:**
“Todo mineiro é brasileiro. João é brasileiro. Logo, João é mineiro.”
 - 2 **Falácia da negação do antecedente, ou do erro oposto:**
“Todo mineiro é brasileiro. João não é mineiro. Logo, João não é brasileiro.”
- Uma **falácia informal** é um argumento inválido porque, apesar de sua forma ser válida, suas premissas não são todas verdadeiras.

Tipos de falácias

- Há vários tipos de falácias muito comuns.

Conhecer falácias pode ajudá-lo(a) a:

- argumentar melhor suas ideias;
- não se deixar enganar por argumentações inválidas; e
- não matar seu professor de lógica de vergonha ao discutir em ambientes online (tipo Facebook)!

- **Aviso importante:**

Nos exemplos a seguir não importa se o professor concorda ou discorda das conclusões dos argumentos.

Não importa nem mesmo se as conclusões são verdadeiras ou falsas.

Apenas importa que as argumentações utilizadas não garantem por si só a validade das conclusões e, portanto, são falaciosas.

Ataque ao interlocutor (*Ad hominem*)

- Forma geral: porque a pessoa argumentando em favor da proposição não é confiável, a proposição deve ser falsa.

- 1 “Olha quem está falando que beber faz mal: o bêbado da sala!”
- 2 “Olha a cara de burra dessa pessoa, nem precisa escutar o que ela fala pra saber que está tudo errado!”
- 3 “Para ver que proposta econômica do candidato Montenegro é inviável, basta olhar para o histórico de má-administração dele.”

- Como evitá-la: A verdade de uma proposição não depende de quem enuncia a proposição.

Qualquer um pode argumentar contra ou a favor de uma proposição, basta que a argumentação seja consistente.

Analise o argumento, não o argumentador.

Apelo à maioria/popularidade (*Ad populum*)

- Forma geral: já que uma maioria acha que uma proposição é verdadeira, ela deve ser necessariamente verdadeira.

- 1 “A maioria dos brasileiros é contra (privatizações/ redução da maioria penal/aborto/eutanásia), portanto a prática é errada.”
- 2 “Claro que o (Cristianismo/Judaísmo/Espiritismo/Ateísmo/Pastafarismo) é verdade.

Você acha mesmo possível que as (10 mil/10 milhões/1 bilhão) de pessoas que acreditam nele estejam todas erradas?”

- Como evitá-la: não importa o quanto uma proposição seja popular, importam apenas as evidências que a corroboram.

Já foi opinião praticamente unânime que que todo número era racional (pobres gregos, ficaram tão decepcionados!), que o Sol girava em torno da Terra, que havia deuses habitando o Monte Olimpo ...

Verdade não se decide no voto.

Ignorar evidência relevante

- Forma geral: para chegar à conclusão desejada, ignoram-se evidências relevantes que contrariam a conclusão.

- 1 “A homossexualidade é moralmente inaceitável porque não é natural: não existem animais gays na natureza.”

(Evidência ignorada: homossexualidade já foi catalogada em mais de 1 500 animais na natureza, incluindo leões, macacos, girafas, etc.)

- 2 “A homossexualidade é moralmente aceitável porque é natural: existem inúmeros animais gays na natureza.”

(Evidência ignorada: infanticídio e canibalismo também são comuns na natureza e, nem por isso, são moralmente aceitáveis entre humanos.)

- Como evitá-la: toda evidência relevante tem que ser considerada. Quando apresentado a novas evidências relevantes, reavalie seu argumento. Se as evidências não suportam sua conclusão, abandone o argumento, não as evidências.

Assumir a premissa (*Petitio principii*)

- Forma geral: assume-se como premissa exatamente aquilo que se quer provar.

- 1 “Aborto é errado porque é um ato vil.”
- 2 “Aborto não é errado, porque é um direito humano.”

(Em ambos os casos acima, prova-se que o aborto é bom ou ruim já assumindo a princípio que ele é bom ou ruim.)

- Como evitá-la: para provar seu ponto parta de premissas que o interlocutor admite serem verdadeiras, e só a partir daí construa seu argumento.

Se não encontraram estas premissas ainda, é preciso recuar a afirmações ainda mais elementares sobre as quais os dois lados concordam para, a partir delas, construir o argumento.

A argumentação tem que começar de hipóteses aceitas tanto por você quanto por seu interlocutor.

Apelo às consequências

- Forma geral: porque uma premissa leva a uma conclusão indesejável, a premissa deve ser falsa.

- 1 “Se Deus não existe, então o universo não tem propósito algum.”
(Logo conclui-se que Deus deve necessariamente existir.)
- 2 “Se Deus existe, então eu tenho que seguir um monte de regras de que não gosto.”

(Logo conclui-se que Deus não deve existir.)

- Como evitá-la: para provar por contradição, você tem que chegar a uma conclusão falsa, não meramente a uma conclusão indesejável.

A verdade não tem a obrigação de ser do seu agrado.

Apelo à ignorância

- Forma geral: porque você não tem uma explicação melhor que a minha, então a minha explicação tem que estar correta.

- 1 “Você não oferece outro suspeito além de Alice, portanto você é obrigado a concluir que ela é culpada.”
- 2 “Você diz que trovões não são produtos de Zeus, então apresente uma explicação melhor.

A-ha, como você não tem explicação melhor, é Zeus quem cria os trovões!”

- Como evitá-la: O ônus da prova cabe ao proponente, não ao desafiante.

É logicamente mais correto reconhecer que não conhecemos explicação nenhuma para um fenômeno do que aceitar uma explicação sem evidências.

Outras falácias

- Existe um grande número de falácias:

- falso dilema;
- apelo à antiguidade/autoridade/emoção;
- espantinho;
- inversão de causa e efeito;
- *non-sequitur*;
- “depois disso, portanto por causa disso”;
- ...

- Falácias aparecem em situações de vários níveis de seriedade: na política, na medicina, em falas de eleitores-torcedores, e em opiniões de amigos no Facebook.

Todos nós estamos sujeitos a cometer ou a ser enganados por falácias!

Conhecê-las pode ajudá-lo a argumentar melhor e a não se deixar levar por argumentações inválidas.